

Responsabilidade civil · introdução

@beatriznamiestudies

♥ relação jurídica com toda a coletividade

♥ a lei impõe um dever jurídico de abstenção = *neminem laedere*

♥ O **dever jurídico de abstenção** é um **dever jurídico primário**, quando descumprido tal dever, com a lesão aos direitos daquele titular, nascerá para este a **pretensão de se recompor** aqueles direitos lesados.

♥ Tal pretensão seria uma espécie de **dever jurídico secundário** ou sucessivo e consistirá principalmente na **reparação do dano causado**.

♥ **responsabilidade civil extracontratual**

Outra maneira que poderá existir é aquela que **vincula dois sujeitos determinados**, na qual um deles terá que cumprir um dever jurídico específico, podendo ser uma prestação de dar, fazer ou não fazer e isso surgirá a partir de uma manifestação de vontade das partes envolvidas.

♥ **NÃO cumprimento**: haverá violação do direito subjetivo da outra parte.

♥ **importante**: tanto na responsabilidade contratual quanto na extracontratual, a **violação a esses deveres primários gerará uma possibilidade de reparação dos danos causados** e em ambos os casos **a reparação recairá sobre o patrimônio do agressor**.

♥ **a responsabilidade civil é o dever de indenizar o dano suportado por outrem**

função: fazer com que as partes envolvidas pudessem retornar à situação vivenciada anteriormente à ocorrência da lesão.

♥ **restitutio in integrum**

♥ **Sob a perspectiva de um p. civil Constitucional**, a função da resp. civil seria **dar concretude às normas constitucionais**, tais como a dignidade da pessoa humana e o solidarismo constitucional.

ato ilícito

@beatriznamiestudies

↳ É aquela conduta humana que ao transgredir a ordem jurídica, acaba por violar direitos alheios, causando danos pessoais e/ou patrimoniais.

° Se não houver dano, não se configura o ato ilícito

Se não houver um ato ilícito, não há que se falar em dever de reparação.

↳ o que vai se reparar é o dano causado

! No D. Penal e D. adm. a ilicitude não se ligará necessariamente à produção de um evento danoso.

exemplo: dirigir alcoolizado não necessariamente gerará reparação civil, mas é um ilícito penal e adm.

O comportamento contrário à norma, que produza um resultado danoso, poderá vir a não ser imputado naquele que praticou a conduta, por expressa disposição legal.

↳ nestes casos teremos as **excludentes de ilicitude** daquele determinado comportamento.

art. 188, I possuímos a **legítima defesa** e o **exercício regular de direito** como excludentes de ilicitude.

Também possuímos o exercício regular de direito como uma excludente, porém, **o exercício abusivo desse direito pode gerar dever de indenizar.**

O **estado de necessidade** também é uma excludente de ilicitude no âmbito do Direito Civil, portanto, quem age numa situação, sacrificando certos bens pl salvaguardar outros, **não comete ato ilícito.**

° **se não há ilicitude não há responsabilização.**

evolução quanto ao elemento culpa

↳ A culpa a qual nos referimos aqui é aquela em sentido amplo que engloba tanto o dolo e a culpa estrito senso.

♥ Na perspectiva da responsabilidade subjetiva, o ônus da prova dessa culpa seria da vítima que suportou aquele prejuízo. Este momento da responsabilidade ficou conhecido como **responsabilidade subjetiva por culpa provada**.
@beatriznamiestudies

Século XIX: no final do século XIX, a partir de ideias socializantes, começou-se a perceber que exigir da vítima a prova de que o agente causador do dano agiu com culpa seria equivalente a não o responsabilizar, face à dificuldade na produção dessa prova.

↳ devido à isso, em alguns casos, como por exemplo em **acidente de Trabalho**, a legislação começou a ser alterada ao se perceber que certas atividades de risco eram potencialmente produtoras de resultados danosos.

▶ dessa forma surgiu a inversão do ônus da prova

↳ o agressor só não seria responsabilizado se conseguisse comprovar a sua isenção de culpa.

↳ **A responsabilidade continua sendo subjetiva**, porém, por culpa presumida.

Resp. objetiva: é aquela em que a **lei dispensa a produção de prova a respeito da culpa**, porém, na origem é normal que se tenha um ato culposos. A lei apenas estabelecerá **não ser necessária a produção de prova acerca dessa culpa**.

▶ dessa forma, é errado dizer que responsabilidade objetiva é aquela em que não há necessidade de discussão do elemento culpa.

! **NÃO HÁ uma regra geral**, pois o sistema de responsabilidade no Brasil se baseia em uma convivência harmônica entre a responsabilidade objetiva e subjetiva.

elementos da resp. civil

@beatriznamiestudies

1º elemento: conduta

2º elemento: culpa

3º elemento: nexo de causalidade

4º elemento: dano ou prejuízo

Conduta: É aquele comportamento humano voluntário, exteriorizado através de atos comissivos ou omissivos.

► Se o fato for apenas da natureza, não haverá responsabilidade civil por haver excludente do nexo causal.

- **conduta:** é o comportamento voluntário que se exterioriza através de uma ação ou omissão.

- **voluntária:** a ação ou omissão deve ser controlável pela vontade, ou seja, deve haver um querer íntimo a ser manifestado livremente.

↳ Somente condutas que são fruto do querer livre manifestado pelo sujeito são passíveis de responsabilização. Logo, o indivíduo não pode ser responsabilizado por condutas involuntárias.

Desta maneira, se o evento danoso deriva de uma conduta humana voluntária, a responsabilidade civil será direta e excepcionalmente a responsabilidade será indireta.

art. 932 CC hipóteses de responsabilização por fatos de terceiro

- **imputável:** está ligada à plena capacidade de fato, a qual será adquirida com a maioridade.

↳ ou com emancipação

Desta forma, quem é capaz responderá, e quem é incapaz, não responderá.

↳ o menor emancipado já pode sofrer a imputação de responsabilidade civil.

art. 928 CC responsabilidade civil do incapaz, quando cabível, será subsidiária.